

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 259

11 de setembro de 2014

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

O tema da aula de hoje me foi sugerido por uma pergunta que alguém me lançou de chofre no Facebook durante a semana. A pergunta é: Que é a história? Já tratamos desse assunto várias vezes de passagem aqui no curso, mas nunca de uma maneira explícita.

A essa pergunta muitos têm oferecido resposta. Existe uma série de debates a respeito do que é ciência histórica e, de modo geral, hoje esses debates tomam a linha da quase indistinção entre a história e a ficção. O uso de recursos narrativos extraídos da literatura de ficção pode predominar de tal maneira que, de certa forma, o historiador está livre para imaginar o passado mais ou menos como ele bem entenda.

Em outras épocas existiram várias outras teorias que pretendiam fazer da História uma ciência estrita — como a famosa Escola dos Annales, na França —, em que o ideal era uma História sem personagem, sem indivíduos humanos, em que só se falava de preços, estatísticas, rotas de comércio, mercadorias etc., como se a história econômica parecesse se mover por si, sem que ninguém precisasse acionar suas rodas. Entretanto, apesar de hoje sabermos que tudo isso era completamente falso, todos os debates a que tenho assistido sobre a natureza das possibilidades da ciência histórica me parecem sempre começar no capítulo três, sem colocar o problema desde a sua base mais elementar: a nossa percepção de tempo e de sucessão.

Pouco importando qual seja a nossa teoria da História, todos deverão concordar que a História é uma narrativa de algum modo, que ela trata de coisas que se sucedem no tempo. O problema é que ao mesmo tempo em que se sucede algo que estamos observando, sucedem-se muitos outros que não estamos observando e que não fazem parte da nossa narrativa. Aqui surge o problema da seleção: quais são os fatos, os aspectos que o historiador irá selecionar e quais aqueles que ele irá desprezar?

De um tempo para cá, talvez por uma influência kantiana, a idéia é de que essa seleção é puramente subjetiva. Max Weber, por exemplo, dizia que, ao selecionar os aspectos que irá estudar, o historiador ou sociólogo (como no caso dele) postula um valor inicial e, em função desse valor, opera a sua seleção de maneira que ela é subjetiva, baseada nesse valor inicial. E a garantia da objetividade, da cientificidade desses estudos, consiste justamente em explicitar esse valor, de tal modo que a relação entre o valor postulado e as conclusões do estudo fique bastante clara e não se torne algo nublado. Isso foi o máximo a que se chegou.

Porém, sempre me coloquei o seguinte problema: a seleção dos fatos pode mesmo ser inteiramente subjetiva? Isso é possível? A idéia subentendida em toda essa corrente de opinião é que os fatos são uma pasta indefinida e sem limites próprios, que nós é que projetamos ali uma forma — idéia que vem de Kant, evidentemente. Sempre me perguntei se isso seria possível!

Por exemplo, ao vermos uma floresta ou um matagal verdejante, não vemos nele uma hierarquia, uma forma a partir da qual possamos começar a desenhar. Até me recordo, inclusive, da história de um filósofo e pintor italiano que veio passar um tempo no Peru. Ele estava ansioso para desenhar as paisagens, mas logo percebeu que não as entendia! Eram formas tão estranhas que ele não conseguia desenhar; não havia como aplicar àquelas paisagens os ensinamentos aprendidos com os pintores europeus, provindos daquela longa tradição de formalizar as perspectivas a serem desenhadas. Ali ele precisava começar do zero, por assim dizer, mas não sabia como. Quando observamos uma paisagem, um deserto, por exemplo, qual é a ordem? Qual é a forma? Não tem forma alguma! Então como iremos descrever a história?

Enquanto observamos a paisagem, o tempo está passando. Alguma estrutura narrativa está subentendida, mas não conseguimos contá-la porque não há acontecimentos suficientemente destacados e visíveis a serem observados. Isso quer dizer que só podemos falar de uma narrativa onde exista não apenas uma presença física, mas uma ação. E toda ação tem um objeto determinado; não existe nenhuma ação, humana ou animal, que se dirija a todo o universo ao mesmo tempo. Por exemplo, se há um lobo perseguindo um coelho, este lobo correndo atrás deste coelho não está correndo atrás de toda a fauna ao mesmo tempo! Ele não quer comer toda floresta ao mesmo tempo! Portanto, a ação especifica o seu objeto e a sua meta.

Então aqui temos um princípio de ordem. E quem o colocou? O historiador que está observando? Não! Foi o próprio personagem! Isso quer dizer que a idéia de que toda formalização, de que toda seleção de aspectos é, por assim dizer, uma livre criação da inteligência do historiador, falha na base! Existe uma seleção que é dada pelos próprios personagens, da qual eles não teriam como escapar. Esse seria um princípio geral de toda narrativa: não existe a ação universal — ação universal, só Deus.

Toda ação tem um objeto e uma meta, e ela hierarquiza a seqüência de ações em função dessa meta. Nesse ponto a ação começa a ser descritível, mas não por um padrão que eu projetei nela! Quando o lobo persegue um coelho, ele sabe perfeitamente o que quer e se a ação deu certo ou errado. Se o coelho escapou, ele falhou e então terá de procurar outro coelho. Mas, se pegou o coelho, ele passa à ação seguinte que é comer o coelho. Neste caso existe uma ordem interna muito clara que não foi dada pelo observador, mas pelo próprio personagem. E este é, para mim, o critério de toda historiografia: compreender quais as ações estão em curso, conforme o seu objetivo, tal como está definido na mente dos personagens e tal como se expressa claramente na ação.

Porém, há ações mais complicadas do que um lobo correndo atrás de um coelho. Por exemplo em uma situação política qualquer, em que um governante ou político toma uma decisão. É evidente que a ação, tal como ele a concebe, está limitada ao objeto tal como o vê e à meta tal como ele a projeta. Mas há outros fatores em jogo, pelo simples fato de que há outras ações em curso ao mesmo tempo, ações estas que cruzam com a dele e que complicam formidavelmente a situação. E isso não só no sentido simultâneo — quer dizer, temos vários personagens em ação, eles têm vários objetivos diferentes e tudo se entrecruza —, mas também no sentido

temporal. Existem processos de ação que começaram antes e que ainda estão em curso. Se um governo instituiu uma reforma econômica desastrosa qualquer, por exemplo, e ela ainda está desencadeando seus efeitos, todas as ações que se desenrolam nesse ínterim levam isso em conta de alguma maneira, ainda que de forma mais ou menos consciente.

De qualquer modo, voltamos [ao princípio]: não é possível a história sem uma teoria da ação, sem a compreensão da ação desde os seus esquemas mais mínimos até os mais complexos. E com isso, é claro, entramos na teoria do poder, que é a ação voltada a determinar a ação de outras pessoas. Este, evidentemente, é um dos temas mais fundamentais da história, afinal, podemos dizer que [0:10] a história é a história daquilo que é realmente importante.

Dizemos que uma ação é importante quando ela transcende o seu autor e o seu objeto e se propaga sobre outras pessoas. Sobretudo quando há várias ações ou linhas de ação entrecruzadas que afetam um grande número de pessoas, quer elas saibam, quer não. Por exemplo, um camponês lá do interior: ele pode não saber quais são as novas leis que estão sendo aprovadas em Brasília, mas elas irão afetá-lo mais dia ou menos dia. Às vezes pode ser que leve um tempo enorme até que ele as conheça, mas ele já está na esfera de ação daqueles acontecimentos.

Portanto, a mim me parece que a verdadeira ciência histórica é a ciência da ação, considerada na sua estrutura objetiva e reduzindo ao mínimo o trabalho de seleção do historiador. No instante em que determinamos um objeto a ser estudado, como por exemplo a história da Revolução Francesa, decidimos assim porque ela é importante ou por que ela tentou produzir algo importante? Se os personagens envolvidos não desejassem desencadear nenhum efeito que se propagasse por toda a espécie humana, aquilo não teria importância nenhuma! Quando escolhemos esse tema, não é só porque o consideramos importante, mas porque existe um elemento importante ali — importante é aquilo que importa, que pesa, que nos afeta de algum modo. Existe algum ser humano em todo o Ocidente cuja vida não tenha sido afetada, de algum modo, pela Revolução Francesa? Existe alguém que não viva sob leis que se originaram na Revolução Francesa, sob formas de governo ou sob ideologias que se originaram lá?

Logo, é evidente que a importância dos fatos não é decidida pelo historiador, porque o historiador está dentro do panorama determinado pelo objeto de estudo, e não o contrário. É claro que existem acontecimentos de escala menor cuja importância às vezes não é visível para todos, mas que o historiador descobre ter uma importância real ou potencial; acontecimentos cujos efeitos foram desencadeados e propagados por populações inteiras ou que podem vir a ser desencadeados amanhã.

Essa questão da importância objetiva não pode ser negligenciada de maneira alguma. E o problema da seleção — que virou uma espécie de fetiche para os historiadores — pode ser resolvido simplesmente pela apuração dos meios e das ações, conforme os objetivos dos personagens envolvidos.

Que toda ação humana ter um objetivo, não precisamos pensar muito. Como vimos, até as ações dos animais possuem objetivos. Em outras palavras, temos um futuro hipotético que é levado em conta como um dos elementos fundantes da ação presente: sem isto não haveria história e não haveria ação nenhuma. O indivíduo tende a algo que ele imagina ser possível e tenta realizá-lo. Isso até um cachorro faz! Essa estrutura mínima da ação é, também, a estrutura da investigação histórica: o que se buscava, quais foram os meios colocados em ação, quais as correntes de ação que se cruzavam entre si, quais os fatores interferentes e, por fim, qual foi o resultado.

Existe ainda um outro problema que se chama Filosofia da História, onde em vez de se contentar em narrar os fatos como aconteceram — como disse Leopold von Ranke: o objetivo da História é contar as coisas como elas efetivamente se passaram —, tenta tirar conclusões da narrativa até o ponto em que ela chegou e discernir, então, o sentido ou um caminho geral que a história estaria percorrendo com vistas a um fim determinado ou indeterminado. Isso complica tudo extraordinariamente, porque a noção do sentido da história não existe em si mesma. Para a História fazer algum sentido seria preciso que ela tivesse uma unidade. E para a História ter uma unidade, seria necessário que todas as ações estivessem entrecruzadas de algum modo; o que não acontece, pois sabemos que existem ações perfeitamente independentes. Mais ou menos como a história da influência das barbatanas dos camarões nas marés: é evidente que não há! Podemos apurar, por exemplo, uma estatística entre o número de vezes que as pessoas foram ao banheiro e o número de divórcios. Uma coisa não tem nada a ver com outra e, assim como esses, existem milhões de processos que às vezes são simultâneos, mas que não influenciam uns aos outros no mais mínimo que seja.

Perceba que a idéia de uma unidade da História começa a aparecer no instante em que começa a surgir, para os seres humanos, uma unidade geográfica em que todo o planeta se torna acessível de algum modo; até lá tínhamos civilizações totalmente separadas, incomunicáveis, que nunca tinham ouvido falar uma da outra. De repente, começam as grandes viagens, as grandes navegações, surgem as linhas férreas, a aviação etc. e isso cria uma unidade geográfica, quase como uma unidade visual do planeta. Sem essa unidade visual, a idéia de um sentido global da história seria absolutamente impensável: no máximo, o que o sujeito poderia ver é o sentido de algo que aconteceu à comunidade dele e que só faz sentido para ela.

Analisando a história judaica, por exemplo, ao lermos o Antigo Testamento, percebemos que ele é todo um diálogo entre a comunidade e Deus: Deus dá uma instrução, às vezes as pessoas obedecem, às vezes desobedecem e, conforme a atitude delas, seus destinos vão sendo decididos, depois volta atrás e assim por diante. Tudo aquilo faz sentido, mas faz sentido só para aquela comunidade. Que sentido faria isso para um chinês a milhares de quilômetros de distância, sem a menor idéia de que aquilo estava se passando? Nenhum sentido!

Aliás, a China é uma das poucas civilizações que guardaram um registro histórico muito meticuloso dos tempos antigos. Sabemos sobre todas as dinastias, quando alguém subiu ao poder, quando caiu, as guerras etc. e, é claro que, para o chinês, isso fazia um sentido. Era normal, por exemplo, para ele — chinês dos tempos antigos, de três ou quatro milênios atrás — encarar o destino da comunidade inteira como se essa tivesse sido dada em miniatura na pessoa do imperador, que por sua vez tinha de fazer determinados ritos e obedecer determinadas leis sem sair daquele padrão, sob pena de a comunidade inteira poder sofrer as conseqüências; ou seja, a desordem na vida do imperador tinha algo a ver com a desordem no todo. Hoje, todos sabemos o que é o I Ching: algo destinado basicamente a um homem especial, que tem uma posição importante e cujas decisões de algum modo simbolizam ou condensam o destino da comunidade inteira. Mas, isso valia para eles, os chineses! Como interpretar, digamos, os acontecimentos bíblicos nos termos do I Ching? Não é possível! Só podemos interpretar os acontecimentos bíblicos em função dos ensinamentos da própria Bíblia! Isso é o sentido da vida de uma comunidade, totalmente separada de outra comunidade.

A idéia de um sentido da História implica, então, em sua unidade, e essa unidade da História ainda não existe. Mesmo hoje, enquanto falam de globalismo — tudo é global hoje em dia! —,

percebemos que os abismos entre as nações são algo incrível! Eu, por exemplo, enquanto vivo no Brasil e nos Estados Unidos e acompanho a mídia brasileira e a mídia americana, percebo que os abismos de ignorância existente entre um e outro é absolutamente espantoso! Dizem que estão no mesmo continente, que são nações amigas muito próximas, mas uma não tem a menor idéia do que está acontecendo na outra, pelo simples fato de que os canais de difusão são limitados: aqui nos Estados Unidos temos seis empresas que mandam na mídia inteira, enquanto que, no Brasil, também não é muito diferente; só recebemos aquilo que essas fontes desejam que recebamos.

Por exemplo, também me espanta muito, enquanto acompanho a evolução da Direita americana e da Direita francesa — ambas muito importantes e ativas —, o fato de não só não haver comunicação entre elas, como não haver possibilidade de entendimento: a linguagem é diferente, os valores são diferentes, os objetivos são diferentes, os sentimentos são diferentes e, na verdade, são até antagônicos! Referir-se a uma [0:20] Internacional Direitista é quase impossível! Pode haver uma Internacional Comunista, mas uma Internacional Direitista — ou, digamos, uma Internacional Anticomunista — é quase impossível porque os motivos que as pessoas têm para serem anticomunistas são infinitamente variados e incompatíveis entre si; eles não podem se articular em uma política. Tudo isso faz com que as histórias dessas comunidades permaneçam separadas e inarticuláveis com as de outras comunidades.

Pior ainda, com relação àquela famosa observação de Eric Voegelin: como podemos saber o sentido da História, se ela não terminou e não sabemos quando irá terminar?

Quando falamos do sentido de algo, esse sentido está para além dele e, portanto, implica no término dele. Terminada a história, há um sentido que se prolonga para além — como assistir uma peça de teatro: termina a peça, apreendemos o sentido dela e o conservamos de algum modo quando vamos para casa. Mas, isso implica que a história tenha terminado! Portanto, a idéia do sentido da História também é algo que não faz o menor sentido.

Todavia, em compensação existe um outro aspecto antagônico a esse: todo e qualquer processo temporal é finito; não existe ação infinita. Do mesmo modo que a História nunca termina, as histórias sempre terminam. As ações sempre terminam, por mais complexas e duradouras que elas sejam. Por exemplo, a Guerra dos Cem Anos acabou, não é mesmo? Isto quer dizer que ela fecha um certo fluxo de ação: inicia, desencadeia seus efeitos e encerra, até um ponto que não tem mais como seguir diante. Mesmo que se conserve os mesmos personagens e alguns elementos da situação anterior, tudo se transmutou de tal modo que não há mais como contar a nova história nos termos da antiga. Por exemplo, não podemos contar a história da Rússia hoje nos termos em que contávamos a história da União Soviética! Tudo mudou de tal maneira, os elementos se misturaram de forma tão diferente que podemos afirmar: aquilo de fato terminou. A União Soviética terminou. Pode haver quem queira restaurá-la, mas se quer restaurá-la é porque ela terminou.

Sendo assim, no meu entender, é perfeitamente possível uma história objetiva e científica, desde que ela se atenha às condições que são determinadas pelo nosso conhecimento do fluxo temporal e pelas limitações, não só desses conhecimentos, mas do próprio fluxo temporal entre os quais este a que me refiro: todo e qualquer processo é finito; não há nada infinito. Mesmo a existência da espécie humana! Ainda que aleguem que a espécie humana não tenha terminado, digo que ela não existe como tal, mas só através dos indivíduos que a representam, os quais têm uma duração finita.

Mais ainda, outro elemento importantíssimo — não só na História, mas da memória em geral —, trata-se do seguinte: algo tem de ser retido e algo tem de ser abandonado, esquecido. Se não existisse memória, esquecimento e um permanente jogo entre esses dois, não haveria sentido em falarmos sobre História. Acontece que, a ordem dos elementos esquecidos nem sempre coincide com a ordem dos elementos que eram irrelevantes para a ação; nem sempre o que esquecemos era o irrelevante para a ação. E uma das finalidades da História é, precisamente, corrigir o esquecimento, ou seja, indicar quais são os elementos que eram irrelevantes para a própria ação considerada e que, por isso mesmo, não têm de ser lembrados. Por exemplo, qual era cor da cueca que Robespierre usava quando condenou o sujeito à morte? Ninguém sabe! Isso não fará a mais mínima diferença, entretanto, isto é real! Alguma ou nenhuma cueca ele estava usando! Do mesmo modo, ao vermos a cena do crime, por exemplo, lá no fundo talvez estivesse passando um animal que poderia ser um cachorro ou um gato, e isso não faria a menor diferença! Coisas que não fazem diferença, mas que são reais e estão presentes.

Ora! A História é a história daquilo que aconteceu — como dizia Leopold von Ranke — e não a história do Ser. Isto é importante: o Ser, ou seja, a Existência como um todo, não pode ser historiada ou narrada, porque assim seria a história de tudo, e a História nunca pretendeu ser isto! A História é a história daquilo que aconteceu, e acontecer é ser um processo determinado, que tem os seus limites internos. Se estou tramando um crime, por exemplo, talvez assaltar um banco, é certo que vou assaltar este banco e não aquele; não posso assaltar dois bancos ao mesmo tempo!

Existe um objetivo, existe um plano, existe uma sequência de ações, existem os obstáculos, as dificuldades e existem os resultados. Isso fecha numa lógica interna que não é o historiador quem está colocando e isso é que é importante: quem seleciona e articula não é o historiador, mas a lógica interna da própria ação, sem a qual ela não poderia se desenvolver! E é claro que o observador pode confundir as coisas, por exemplo, suspeitando motivos que são alheios ao personagem, misturando a ação de um com a ação do outro etc. Mas, descontando a possibilidade do erro, de um modo geral a possibilidade da ciência histórica repousa inteiramente na possibilidade de que as ações tenham uma lógica interna. E toda e qualquer ação, mesmo de um animal, tem uma lógica determinada pelo seu objeto — objeto sobre o qual ela incide — e sobre a meta. Isso é o resultado esperado e o resultado efetivamente obtido. Isso não pode ser imposto de fora!

Acontece, também, que em ações mais complexas os objetivos mudam. Alguém começa a ação em um determinado sentido, depois muda de idéia sem contar para ninguém e inicia algo completamente diferente, algo que não faz sentido na lógica da ação anterior. Desencavar essas mudanças e essas incoerências de ação é algo que o historiador também pode fazer, desde que se atenha aos limites próprios da lógica da ação tal como a define aquele velho preceito: a modificação intencional, deliberada de um estado de coisas, sendo que, se o estado de coisas já está mudando e queremos conservá-lo, isso também é uma ação. Impedir a mudança também é uma mudança, afinal, se essa mudança já existia em um certo sentido e desejamos interrompê-la, queremos mudar a mudança!

Toda e qualquer ação é a mudança deliberada de um estado de coisas e, por isso mesmo, não existe só ação humana. Voltando ao exemplo do lobo, quando ele vê o coelho, este está fora de seu estômago e o lobo acha que isso é errado: o coelho deveria estar no estômago dele! Então o lobo quer engoli-lo. Toda e qualquer ação é isso: supõe uma representação imaginária prévia do resultado a ser obtido. Sem isso não há ação nenhuma! Quer dizer que, se não há uma deliberação, se não existe um objetivo, não há ação, mas apenas automatismos.

E como descobrimos a intenção? A intenção não é algo que temos de adivinhar no subconsciente do sujeito. Ela está patente na própria ação. Mesmo quando há uma camuflagem, esta faz parte da ação. O indivíduo não adotará uma camuflagem não intencional! Portanto, por mais complexa que seja a ação — e algumas chegam a ser de uma complexidade alucinante —, em princípio é sempre possível saber o que o sujeito estava querendo, o que estava fazendo e quais são as diferentes camuflagens que ele usou no curso da ação.

Quanto aos elementos de ficção que são usados na narrativa histórica, fica claro que a literatura de ficção desenvolveu mais recursos narrativos do que a ciência histórica, afinal, ela atua em um panorama onde há mais possibilidades: não estamos lidando apenas com histórias possíveis, mas com o que quisermos inventar! Não [0:30] estamos limitados a documentos, testemunhas etc. e, dessa forma, é evidente que vão se proliferando os modelos de narrativas, modelos de esquemas, os truques etc., muito mais do que na ciência histórica. Assim, é natural que a ciência histórica aprenda a arte da narrativa com a literatura de ficção, com a ressalva de que ela deverá se ater ao material existente, não podendo imaginá-lo livremente. Exceto em pontos onde não temos os fatos e, portanto, precisamos costurar uma coisa na outra com a imaginação, algo que, aliás, penso ser perfeitamente legítimo, algo que se possa fazer em qualquer pesquisa científica. Sempre haverá um pedaço que temos de suprir ou por dedução, por uma construção lógica qualquer, ou por imaginação, e desde que leve aos resultados compatíveis, não há problema algum em fazê-lo. É importante percebermos que não são os esquemas narrativos que determinam a ação. Absolutamente. Faremos uso dos esquemas narrativos que, no nosso entender, são adequados para descrever aquela ação. Não significa, contudo, que assumiremos um esquema narrativo copiado de Balzac ou de Stendhal, por exemplo, para inventarmos histórias à nossa própria maneira; de forma alguma! O uso de elementos da técnica narrativa ficcional não tem nada a ver com isso, porque eles são a técnica utilizada, e não o conteúdo da narrativa ou os fatos narrados. Muitos teóricos também usam isso para confundir o meio ambiente, criar a dúvida de que seja possível uma ciência histórica objetiva e justificar, de algum modo, a livre invencionice. É evidente que isso não faz o menor sentido, uma vez que em qualquer ação que eu tente descrever, estarei limitado pela lógica interna da própria ação, assim como estarei limitado pelo meu acesso aos fatos e documentos.

Outro ponto importante aqui é que o material da História se constitui de fatos, e a palavra fato vem de *factum*, que quer dizer “aquilo que foi feito”. Por isso, existe um ponto de certeza absoluto em relação à História: aquilo que foi feito não pode ser desfeito. Não há como voltar atrás! Em qualquer que seja o caso, por mais complexo que seja o material com o qual estamos lidando, houve ações que se desenvolveram, que já estão feitas e que podemos até tentar imaginá-las de outro modo, mas elas não são de outro modo. Alguma estrutura objetiva elas tiveram, algum resultado objetivo elas alcançaram, e isso não pode voltar atrás. Como historiador, eu posso ter alguma dificuldade em imaginar como tudo se sucedeu, mas eu tenho de ser sempre guiado por esta palavra: fato; aquilo que foi feito. Napoleão, por exemplo, morreu em tal dia: ele não irá “desmorrer”! Não se pode voltar atrás, não pode ser desfeito! As batalhas que foram travadas alcançaram o resultado “x”, e este resultado não pode ser “desalcançado”! Tenho de tentar me guiar por esta noção da fatalidade — palavra esta que vem da mesma raiz. Existe o elemento de fatalidade na História, elemento este que não determina o futuro, mas sem dúvidas fecha o passado. Quer dizer que, do conjunto do que poderia acontecer, só alguns eventos aconteceram e eles não “desacontecem”.

Toda seqüência temporal possui uma lógica interna, desde que exista uma ação. A seqüência temporal, por exemplo, a partir de dentro de um mero panorama estático — um deserto, uma

floresta etc. —, embora desse origem a uma história passível de ser contada (a história da floresta), se prolongaria por muito tempo e suas ações seriam muito lentas (o crescimento de uma árvore, por exemplo.). Tal história escaparia da nossa escala de tempo, que por sua vez é mais adequada para narrar ações humanas e não processos naturais. Quando tentamos temporalizar processos naturais, os nossos erros são da escala de bilhões ou de trilhões! Ou seja, temos de reconhecer que os processos naturais são longos demais para que possamos assumi-los de algum modo. Ou, pelo menos, se eles não são longos demais, parecem ser e por isso eles nos enganam!

Não precisamos nos ater a todas as discussões que se dão entre os paleontologistas sobre a duração das escalas pré-históricas, porque é quase tudo imaginação. Estamos livres para imaginar como tudo se passou, afinal, não se trata de ações propriamente ditas, mas de processos naturais; processos estes que podem ser imaginados como ações. Por exemplo, as ações como as de um Deus, ou as ações de “uma força natural”: são sujeitos que não apreendemos. Além disso, nossa imaginação histórica não foi feita para narrar passagens desse tipo, mas ações onde existe um agente, de preferência humano. O que pode nos guiar sempre nas investigações históricas é essa noção do agente humano, as exigências internas da ação, partindo do princípio que ninguém faz aquilo que não pode fazer, além de levar em conta esse elemento sobre o qual eu insisto serem os meios de ação. O lobo, para correr atrás do coelho, ele tem de ter a capacidade de correr, senão de nada adianta! Se uma cobra não pegar o coelho na primeira tentativa, ela não vai pegar na segunda, porque ela não pode correr atrás do coelho. Ela pode saltar sobre ele, mas sair correndo não pode, logo isso ela não vai fazer. Mas um lobo vai fazer, um urso, e assim por diante. Em toda situação existe uma coleção de meios disponíveis, e esses meios limitam severamente a possibilidade de ação.

Com tudo isso, se forma então a possibilidade de uma narração científica razoavelmente objetiva, e eu confesso que tenho encontrado mais certezas no campo da História do que em qualquer outra ciência. As ciências físicas que se gabam tanto da sua exatidão, sempre terminam na física quântica, num indeterminismo total, em algo que não tem mais lógica e que os estudiosos não confessam não entender. Ora! Não existe narrativa histórica que desemboque em uma confusão tão inextricável ou em um senso tão absoluto. Eu ainda acredito que a História foi uma das primeiras ciências e, num conjunto, ela ainda é uma das mais confiáveis — aliás, por isso sempre recomendo que para cada livro de Filosofia lido, leiam pelo menos outros cinco de História, a fim de não saírem voando no mundo dos conceitos abstratos e estarem sempre se alimentando de fatos concretos.

Aluno: Escrevo para pedir orientação. Pode ser que eu esteja fazendo tempestade em copo d'água, mas vamos ao fato. Hoje decidi reiniciar o COF, visto que estava fazendo de uma maneira muito mal feita. Então, vendo a apresentação do Curso Online de Filosofia, ocorreu que, lendo a parte que o senhor disse que a busca da verdade deve imperar até em critérios religiosos, fiz o que já era um costume: parei a leitura e comecei a pensar sobre isto. Cheguei à conclusão de que buscar a verdade na religião e não a utilizar como um molde, estava certo e só me faria bem. Mais ou menos neste ponto, decidi parar de fazer essa reflexão e dar prosseguimento a leitura, o que até clareou as minhas reflexões. O senhor disse, então, que se pode utilizar a religião como baliza, desde que você a entenda. A minha pergunta seria: o que fazer para entender bem a religião e podermos utilizá-la como baliza? Porém, mais ou menos na hora em que formulei esta pergunta, me vieram à mente desconfianças céticas a respeito da religião, acompanhadas da frase [00:40] “você vai se ancorar no Olavo e não em Cristo?”. Digo desconfianças, porque elas não formularam pergunta alguma.

Olavo: Você tem razão. São apenas desconfianças e não perguntas formuladas. No instante em que você coloca isso nesse plano — as duas autoridades: a de Cristo e a do Olavo — a situação já está completamente desnivelada, porque Cristo é, no mínimo, um fator cósmico! Cristo não é uma pessoa que está lhe dando uma idéia, não é um professor seu. Cristo é o conjunto dentro do qual nós estamos e, sendo assim, já não há formas de nivelar uma coisa com a outra. Quando digo para tomar a religião como baliza, digo porque os mandamentos da religião têm tamanha amplitude que qualquer sentido específico que você atribua, por exemplo, a qualquer dos Dez Mandamentos, você os estará diminuindo; sempre tem muito mais! Por isso, eu afirmo que a religião deve ser tomada como baliza, e não como instrução substantiva concreta, porque no momento em que você lhe der um sentido concreto, estará dando o seu sentido concreto! Você a estará diminuindo, recortando. O sentido de cada um dos Dez Mandamentos é tão imenso que eu costumo considera-los não como mandamentos, mas como leis ontológicas. Eles são compridos de qualquer maneira, eles são a estrutura do cosmos. Você está sempre os seguindo, quer queira, quer não, de algum modo, ainda que apenas existam dois modos para tal: o consciente e o inconsciente.

Dessa forma, quando dizemos, por exemplo, “amar a Deus sobre todas as coisas”. Deus é de fato o único objeto de amor! O que quer que você esteja amando, no fundo é a Deus que está amando! Você pode fazer isso de uma maneira deliberada, consciente, e buscar o amor de Deus, ou pode se contentar com aquele objeto que representa Deus para você naquele momento, e então fechar o circuito. Mas, como é esse amor a Deus? Esse amor a Deus é, como disse Mário Ferreira dos Santos, uma tímeze parabólica: algo a que vamos aproximando, aproximando, e nunca chegamos! Amar a Deus já é, automaticamente, um alargamento das possibilidades da alma: estamos sempre ampliando, ampliando e ampliando. Por isso, digo que este mandamento tem de ser tomado como baliza, e não como mandamento substantivo. Se alguém disser “agora vou amar somente a Deus e mais nada”. Ora, não dá para ser assim! Precisamos amar a Deus através de algo que O simbolize, depois outro, depois outro e depois outro, e não há outra maneira de ser feito! Inclusive porque, sendo as qualidades de Deus infinitas, não há como agarrá-las: você irá amar a Deus dentro da possibilidade humana, e Ele sabe perfeitamente disso. De outro modo, para amarmos a Deus diretamente sem amarmos a mais nada, em primeiro lugar: quais das três pessoas? As três ao mesmo tempo, do mesmo modo, não é possível. Deus Pai é inacessível, Deus Espírito Santo é invisível, está por toda a parte e somente a terceira pessoa, que esteve por aqui, pode ser vista de algum modo; hoje até indiretamente, através de milagres. Logo, não podemos amar os três do mesmo jeito, no mesmo nível, e esse “amar a Deus” se torna uma abstração. Ou o amor a Deus é uma busca constante — de um amor mais profundo, mais verdadeiro, através do amor às pessoas, do amor à própria realidade como um todo — ou ele não é nada! Então, insisto: é uma baliza, um limite ao que você irá chegar — baliza é outra maneira de dizer a tímeze parabólica, aquela curva assíntota que vai se aproximando, aproximando, mas nunca alcança.

Aluno: O fim da história tal como sugerido por Fukuyama, em livro homônimo, pode ser considerado com uma tentativa de atribuição de sentido à história por um indivíduo imerso nela mesma?

Olavo: Sem sombras de dúvidas! E por isso mesmo, falha na base: a história terminou aqui, então começou outra coisa, mas que outra coisa, senão a continuação da história? Ademais, essas pessoas têm a mania de atribuir à humanidade inteira eventos que estão acontecendo somente nos centros mais ricos e avançados do planeta. O que acontece em Nova York, por exemplo, eles têm a impressão de ser uma nova etapa da história da humanidade.

Outro exemplo é o super-humanismo, ou seja, o desenvolvimento de certas potencialidades humanas para além dos seus limites conhecidos até agora. E quantas pessoas se beneficiaram disso? Duas? Três ou quatro? Quanto tempo levaria, suponhamos, para que isso se estendesse até, digamos, Guiné-Bissau ou o Paraguai? Milênios! Não vai acontecer, portanto não há uma nova fase da História! Ainda dentro dessa questão das fases: só faz sentido falarmos delas quando houver uma duração determinada, quando tivermos um todo — um toco ou um tijolo, por exemplo, que podem ser cortados em pedaços. Entretanto, se se trata de algo indeterminado, a duração das fases é evidentemente elástica! O que nos parece uma fase hoje, amanhã deixa de ser!

Outro exemplo ainda seria a famosa divisão da História em História Antiga, Idade Média e História Moderna; é claro que não faz o menor sentido! Usamos isso, por vezes, apenas para fins de indexação, entretanto sem alcance objetivo algum.

Tanto faz essas filosofias que implicam numa mutação qualitativa da história como um todo — como acontece no marxismo e também com Fukuyama: a história chega até aqui de certa maneira e, de repente, transmuta-se, passando a ser outra coisa. Se no tempo de Karl Marx alguém dissesse “o socialismo será apenas uma etapa da história do capitalismo”, Marx cairia de costas sem saber do que ele estaria falando. Mas, não foi o que aconteceu? São indivíduos que partem, digamos, de uma base conceitual e de uma amostragem muito limitadas e querem generalizar para o universo inteiro. Ora! Isso ultrapassa a capacidade de qualquer ser humano! Quando alguém diz querer fazer o impossível, ou ele não fará nada, ou fará outra coisa, atribuindo-lhe o nome de impossível. É o que fizeram Fukuyama, Karl Marx e outros tantos.

Só pode existir sentido em uma história encerrada, e para nossa felicidade todos os processos humanos são encerrados, todos têm um fim. Dentro das ações humanas, não há nada que continue indefinidamente — embora o universo continue indefinidamente, assim como a ação divina, mas não é isso que se discute e, portanto, não vem ao caso. Todas as ações humanas têm um fim, ou seja, processos que depois de um determinado ponto só podem persistir como memória ou como possibilidade encerrada. Ou, talvez, como potencial para um renascimento futuro, mas que não prosseguem mais como processos reais históricos. Logo, como eles podem ter um fim, podemos saber o sentido deles! Sobretudo, qual foi o sentido que tiveram para os personagens envolvidos. A vitória ou a derrota, por exemplo! Não há quem possa confundir essas duas coisas. Em uma guerra, eleição ou luta, as partes sabem quem ganhou e quem perdeu e este é o sentido que têm para cada um dos personagens! É claro, podemos afirmar que isso também pode ter um sentido para nós... Sim! Entretanto, o sentido que tem para nós já não faz parte da história deles, mas da nossa própria! Aquilo que eu aprendi, por exemplo, com as guerras napoleônicas, com a história de Carlos Magna ou qualquer outra faz parte da minha vida, e não da vida de Carlos Magna! Não posso confundir o sentido que faz para mim com o sentido que fez para os personagens envolvidos.

Aluno: Na medida em que o marxismo adota um sentido universal da história, em que o fim seria o homem comunista, a teoria comunista não seria apenas uma justificativa moral para os atos presentes com relação ao nobre fim, além de tentar falsear totalmente a história para enquadrar no sentido de realizá-la?

Olavo: É o que tenho explicado muitas vezes: isso faz parte da essência da mentalidade revolucionária: arrogar-se o papel de representante de um fim a ser alcançado no futuro. Mas, onde iremos exercer este papel? No futuro? Não, agora! Portanto, somos o futuro no presente! Representamos agora o futuro, esse futuro irá julgar o presente e, sendo assim, somos os

juizes do presente e do passado! Mas, esse futuro pode ser realizado? Não, ele não pode. Se ele fosse realizado, se tornaria o presente e logo se tornaria passível de julgamento, o que seria completamente incompatível com os ideais revolucionários, uma vez que interromperia a própria revolução. Ademais, aquele que neste instante ocupa a posição de juiz do universo, se tornaria ele o próprio o réu: como se dissesse “aqui está o que eu fiz, aqui está o resultado, agora vocês me julguem.”. Nenhum revolucionário poderia aceitar isso! Tudo isso quer dizer que os fins da revolução são eternos e estruturalmente auto-adiáveis: [00:50] nunca podem ser alcançados! Seria contraditório com o próprio espírito revolucionário! Assim sendo, a única teoria de revolução existente é a revolução permanente.

Por exemplo, aqueles que se dizem contra a teoria da revolução permanente do Trotsky... Não! Eles são a favor também, apenas não declaram isso! Toda revolução é uma revolução permanente: não pode acabar, nunca! Se terminar, por exemplo, ao matarem todos os burgueses, terão o remanescente da ideologia burguesa no inconsciente das pessoas e, portanto, terão de matar essas pessoas também e assim por diante! Nunca termina! Por isso, a idéia mais profunda da mentalidade revolucionária é a idéia da destruição; a destruição criativa, como a chamam. E é evidente que essa destruição criativa é uma metonímia, uma figura de linguagem, afinal, destruição criativa não existe. A destruição de algo só pode dar lugar a outro algo caso este venha com energia própria positiva e que nada deva à destruição. É óbvio! Por exemplo, ao morrer uma geração e outra suceder. Afinal, esta geração existe porque a anterior morreu? Não! Ela foi gerada enquanto a anterior vivia! Se a geração anterior morresse antes de gerá-la, ela não existiria. Isso quer dizer que a geração seguinte ocupa o espaço não porque a anterior morreu, mas porque ela vem com uma energia de vida que lhe é própria. Destruição criativa é só uma metonímia, uma figura de linguagem absolutamente vazia. Da destruição só nasce a destruição, obviamente!

É sempre assim! Já que os objetivos de toda e qualquer revolução são, necessariamente, futuros, eternamente futuros e portanto, inalcançáveis, então só o que resta delas é a destruição. Por exemplo, quando dizem “regime comunista”. O regime comunista não existe! Ele não existe e nunca existirá. Ele não pode existir! Todo e qualquer partido comunista dirá, ao tomar o poder: “nós estamos construindo o socialismo. Nós ainda não o temos.”. Sempre dirão isto! Eles não podem dizer “acabou, aqui está o comunismo e agora vocês digam se gostaram ou não gostaram.”. Eles não podem chegar neste ponto, pois isso seria o suicídio da revolução; e do revolucionário! E, já que isso não pode ser feito, têm sempre que empurrar com a barriga para amanhã, amanhã e amanhã, enquanto o que deixam pelo caminho é só a destruição. E o que destruíram? O corpo do inimigo; eles parasitam o corpo do sistema capitalista e vivem dele.

Apesar de ainda não ter lido o livro *O Novo Leviatã*¹, de David Horowitz, esta semana eu assisti a uma entrevista-resumo do referido título. O tema se baseia nos anos de pesquisa que David conduz em seu site *Discovery Networks*². Lá ele faz um levantamento, organização por organização, descobre quem são os membros, de onde vem o dinheiro etc. Passados anos de estudo, após somar tudo, ele chegou à seguinte conclusão: a dotação que as grandes empresas dão para a esquerda nos EUA atinge três bilhões de dólares, enquanto que para a direita apenas trinta e dois milhões. Veja o tamanho da diferença! Então, perguntamos: de que lado está o grande capital? É claro que está na esquerda!

É isto que a revolução faz: ela vai parasitando, parasitando, parasitando o capitalismo até que, dado um momento, ela tem o poder total sobre ele! Mas, o capitalismo acaba por causa disso? É claro que não! Ele só vai se transformando, esvaziando-se dos valores que o originou, tornando-se cada vez mais odioso e quanto mais você odeia o capitalismo, mais capitalismo

you tem! É exatamente o que está acontecendo hoje. Então eles não criam o socialismo, mas transformam o capitalismo em um inferno e vivem disso! E quanto mais infernal se torna o capitalismo, mais cínico se torna todo o processo e mais dinheiro eles ganham com ele! Isso nunca vai acabar, pelo menos não enquanto não erradicarem do mundo algo chamado “mentalidade revolucionária”, quer dizer, a promessa de uma renovação total da sociedade, desde as suas bases, a ser operado por meio da concentração do poder político — dêem-me o poder político e eu refarei a sociedade inteira (de alto a baixo!). Aquele que sugerisse algo do tipo deveria ser trancafiado em um hospício no mesmo instante!

Os ideais revolucionários não são um elemento estrutural permanente na história humana. Eles têm uma origem que inicia por volta dos séculos XIV-XV e vai crescendo, crescendo até que, atualmente, já se alastrou pelo mundo inteiro! Agora, todo mundo quer fazer uma revolução! Qualquer garoto de catorze anos, hoje, já tem um mundo melhor na cabeça, prontinho, e todos acham que isso é normal! Para esses eu diria: experimentem, então, reformar a si mesmos: se você possui algum vício, por exemplo, se é um fofoqueiro, um bêbado, um “viado” etc., experimente mudar e veja se é fácil! Se você não consegue mudar nem a si mesmo, como pretende mudar o mundo? Você só vai piorar o mundo, e piorar você consegue!

Não temos de erradicar o socialismo, o fascismo, nem isto nem aquilo, mas a mentalidade revolucionária em geral! Temos de acabar com tudo isso, mesmo quando acompanhado do rótulo cristão: alguém diz “eu quero que se estabeleça aqui a sociedade cristã, o reino de Cristo na Terra, e eu vou implantá-la!”. Ah, quer dizer que, concentrando o poder em suas mãos, você fará o reino do Cristo? Ou fará o seu reino? Não! Você não fará o reino de Cristo, coisíssima nenhuma!

A reforma integral da sociedade por meio da concentração do poder é a essência da mentalidade revolucionária, e isso precisa ser erradicado. Trata-se de um poder que nenhum ser humano tem e nem pode ter. Na verdade, sequer chega a ter! O que tem é o poder para implantar a confusão, assim como fez Hitler ou como fizeram os comunistas: lá permaneceram por sessenta anos, destruíram tudo e saíram dizendo “Tchau! Vou para casa! Não brinco mais!”. Quer dizer: ou o sujeito morre e leva consigo uma multidão, ou simplesmente sai dizendo “mudei de idéia!”. A Rússia está repleta disso, com integrantes da própria KGB dizendo “Não quero mais! Agora eu sou democrata... agora sou monarquista...”. Mas, e toda a miséria que vocês deixaram lá atrás? Não tem mais concerto! Não adianta sequer querer punilos, porque com isso também não consertaremos tudo.

A revolução é um mal irremediável. Aliás, toda e qualquer revolução é um mal irremediável! Não faz parte do ser humano essa idéia de “pensar globalmente”. Nenhum ser humano possui essa capacidade. Isso não existe. Podemos pensar universalmente, o que é diferente! O universal são conceitos abstratos, genéricos, que não estão lidando com a realidade concreta, mas com a estrutura do possível. Isso nós podemos! Mas o global, ou seja, o conjunto, a totalidade tomada completamente... isso nos é inconcebível! Só temos a totalidade abstrata, universal; o universal concreto, só em Deus! Ora, meu Deus! E o que é a revolução, senão justamente a tentativa de realização do universal concreto? O primeiro a ter esta idéia já deveria ter sido internado na mesma hora, assim como todos os seus seguidores! Tinham que tapar a boca dessas pessoas amanhã mesmo e alertá-las dizendo: “Vocês estão loucos! Vocês não estão bem! Tomem logo seus remédinhos e vão para casa!”.

Podemos, às vezes, remediar males pequenos que estão ao nosso alcance. Por exemplo, com relação às suas pretensões na vida. Ainda que essa pretensão se resuma em educar algumas

peçoas, isso nos dará um trabalho miserável, tomará nosso tempo inteiro e às vezes fracassará! Portanto, a limitação natural da possibilidade da ação humana é elemento indiscutível, não está sob questão e não pode ser negociado. E Karl Marx querendo reformar o mundo! Ora! Experimente curar suas hemorroidas — ele sofria de hemorroidas que era algo horrroso... Experimente curá-las! Se você não consegue, como irá curar todos os males humanos?

Aluno: Poderia indicar cinco bons livros de história?

Olavo: Posso indicar quatro, para começar: Em primeiro lugar Ernst Kantorowicz, *Os Dois Corpos do Rei*; que eu acho um livro maravilhoso. Em segundo lugar eu indicaria o livro de Modris Eksteins, *Ritos da Primavera*. Terceiro, eu indicaria *O Outono da Idade Média*, de Johan Huizinga. Quarto, *As origens da França Contemporânea*, de Hippolyte Taine, que apesar de estar repleto de erros factuais, ainda assim, pela penetração psicológica, vale à pena. Neste você perceberá o poder do historiador em compreender o que as pessoas estão fazendo, e isso é impressionante!

Aluno: Sendo as ações a maneira de mudar o estado de coisas ou iniciar algum outro processo, quais são os meios de se otimizar a mudança no caso do cenário político brasileiro, onde a quase totalidade dos meios concretos de ação estão nas mãos dos manipuladores?

Olavo: Essa pergunta é crucial, evidentemente, mas eu não tenho a resposta definitiva. Do que eu tenho certeza é o seguinte: [01:00] não existe ação abstrata, genérica. Trata-se do exemplo dado por mim em um hangout: se o arquiteto vai conceber uma casa, ele elabora o plano dessa casa todo de uma só vez: ele vê a casa pronta! Entretanto, para construí-la não é possível que seja dessa forma: ele precisa erguê-la tijolo por tijolo. Na concepção, ele vai do todo para as partes, mas na construção ele vai das partes para o todo!

Do mesmo modo, não existe ação genérica, mas apenas ação concreta, em um dado momento e em um dado lugar — o que as pessoas da direita brasileira têm de aprender. Quando eles pensam, por exemplo, em tomar o poder na República, eu sugiro que experimentem tomar o poder no seu quarteirão! Experimentem tomar o poder no sindicato do qual vocês fazem parte. Experimentem tomar o poder na escola que vocês freqüentam ou, experimentem tomar o poder nas suas igrejas! Treinar no pequeninho: o poder está na raiz da sociedade, e não nos cargos públicos. Por que esse pessoal da esquerda conseguiu dominar o aparato federal? Porque eles iniciaram o domínio da sociedade desde baixo. Exatamente assim! Sindicato por sindicato, escola por escola, jornal por jornal, estação de rádio por estação de rádio... então, quando eles chegam no poder, eles têm uma base social que os sustenta lá. E essa base social não precisa ser muito grande! Quantas pessoas você acha que são necessárias para isso? Vinte ou trinta mil já resolve! Quantas pessoas estão agindo efetivamente na esquerda? Não mais do que isso! Comparada com a população inteira, é um nada! Entretanto, eles ocupam todos os postos decisivos, desde baixo até em cima, e não é só em cima! De que adianta eleger um presidente da República sem uma base social? Sem essa base, acontece o que aconteceu com Collor: o derrubam facilmente. Ou, pior ainda, sequer o derrubam, mas o dominam! É o que penso que irá acontecer com o Aécio Neves, por exemplo: tão logo seja eleito, o PT o controlará, afinal, ele não tem militância, mas apenas eleitorado. Eleitorado é uma turma que se reúne uma vez a cada quatro anos durante cinco minutos, vai votar, volta para casa e esquece, enquanto o militante é aquele que está lá, todos os dias, trabalhando pela causa, dando dinheiro e arriscando tudo. Logo, quem tem militância, ganha. E como se faz uma militância? Comece treinando no pequeno! Em outras palavras, esqueça o Brasil! Pense na sua

igreja, no seu sindicato, na sua escola, em uma estação de rádio, em um jornal ou, quem sabe, em uma repartição pública. Mas, comece pelo pequenininho!

Enfim, essa é a minha sugestão: sigam treinando no pequeno, e então vocês chegarão ao grande. Mas, dessa forma não irá levar muito tempo? Sim! A situação está tão ruim que se tivermos pressa só fará piorar. Como disse Goethe: é urgente ter paciência! Aliás, paciência e sangue frio!

Transcrição: Charles Santos e Camila Manuella

Revisão: Leonardo Tavares Valente de Castro